



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Art. 13** – A emissão de som ou ruído por veículos automotores e os produzidos no seu interior obedecerão às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

**Capítulo IV**  
**DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**

**Seção I**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**Art. 14** – Todas as fontes de poluição atmosférica existentes no Município deverão adotar sistema de controle ambiental, e os padrões de qualidade e de emissão de efluentes do ar serão os estabelecidos pelas legislações ambientais estadual e federal aplicáveis.

**§ 1º** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) exigirá, nos casos em que se fizer necessário, o monitoramento das emissões atmosféricas, cujos resultados lhe serão encaminhados pela fonte de poluição responsável.

**§ 2º** – O CODEMA estabelecerá, através de deliberação normativa, os procedimentos para pessoas físicas e jurídicas em relação à poluição atmosférica.

**Art. 15** – São vedadas no Município a produção, a distribuição e a venda de aerossóis que contenham cloro-fluorcarbono.

**Seção II**  
**DAS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA**

**Art. 16** – O Poder Executivo Municipal determinará a adoção de medidas de emergência para evitar episódios críticos de poluição do ar no Município ou para impedir sua continuidade, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

**§ 1º** – Para a execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências do Estado e da União.

**§ 2º** – Fica proibida a queima de lixo e de outros tipos de resíduos nas áreas públicas, lotes vagos e quintais dentro do Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Capítulo V**  
**DA POLUIÇÃO DO SOLO**

**Seção I**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 17** – Para os fins previstos nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

**I** – *resíduos sólidos*: resíduos, em qualquer estado da matéria, não utilizados com fins econômicos e que possam provocar, se dispostos no solo, contaminação de natureza física, química ou biológica do solo ou das águas superficiais e subterrâneas, os quais assim se classificam:

**a)** *resíduos sólidos urbanos*: todos os despejos dos resíduos domésticos, industriais, comerciais e hospitalares e os resultantes de construções e demolições;

**b)** *resíduos sólidos industriais*: resíduos sólidos e semi-sólidos resultantes de processamento industrial, assim como determinados resíduos líquidos dele oriundos, que, por suas características peculiares e por não serem passíveis de tratamento pelos métodos convencionais, não podem ser lançados na rede de esgoto ou em cursos de água, incluindo-se nessa categoria também os lodos provenientes das estações de tratamento de efluentes;

**c)** *resíduos sólidos domésticos*: despejos de cozinha, toaletes, lavatórios e lavanderia, também denominados despejos sanitários, resíduos líquidos domésticos ou resíduos sanitários;

**d)** *resíduos sólidos hospitalares*: resíduos provenientes de hospitais, clínicas, clínicas veterinárias, consultórios médicos e odontológicos, laboratórios e ambulatórios, classificados em sépticos e não-sépticos;

**II** – *entulhos*: resíduos sólidos inertes, não suscetíveis de decomposição biológica, provenientes de construções ou demolições, que possam ser dispostos de forma segura e estável em aterro controlado, sem oferecer risco efetivo ou potencial à saúde humana ou aos recursos ambientais;

**III** – *aterro sanitário*: processo de disposição de resíduos sólidos no solo, mediante projeto específico elaborado com a observância de critérios técnicos e da legislação pertinente;

**IV** – *movimento de terra*: escavação ou depósito de terra ou entulhos em um terreno, com quaisquer finalidades;

**V** – *logradouro público*: designação genérica de locais de uso comum destinados ao trânsito ou à permanência de pedestres ou veículos, tais como ruas, avenidas, praças, parques, pontes, viadutos e similares.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Seção II**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**Art. 18** – Não é permitido depositar, transportar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos sólidos no solo, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), observadas as normas aplicáveis.

**§ 1º** – A utilização do solo como destino final de resíduos potencialmente poluentes deverá ser feita de forma adequada, estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final aprovados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), ficando vedada a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

**§ 2º** – É proibido o lançamento de embalagens, conforme regulamentações, de produtos perigosos em vias urbanas, quintais e lotes vagos, bem como em toda a área rural.

**§ 3º** – Depende de autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) a utilização de agrotóxico e outros produtos similares para fins de capina de rua, limpeza de lotes vagos, limpeza de áreas públicas e expansões urbanas.

**Art. 19** – As empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente poderão funcionar depois de devidamente licenciadas junto à autoridade municipal ambiental integrada à autoridade municipal de vigilância sanitária.

**Art. 20** – Para a implantação da disposição adequada de resíduos sólidos urbanos serão tomadas medidas apropriadas, obedecendo-se a legislação aplicável.

**Art. 21** – Serão obrigatoriamente submetidos a tratamento especial os resíduos sólidos declaradamente contaminados, considerados contagiosos ou suspeitos de contaminação, provenientes de estabelecimentos hospitalares, laboratórios, farmácias, drogarias, clínicas, maternidades, ambulatórios, casas de saúde, necrotérios, prontos-socorros, sanatórios, consultórios e congêneres, e os dejetos industriais.

**Art. 22** – É proibido lançar resíduos sólidos de qualquer natureza em logradouros públicos, lotes vagos ou quintais.

**Art. 23** – O Órgão Executivo Ambiental estabelecerá, através de leis específicas, a viabilidade de programas de incentivo à redução de custos com a reutilização e reciclagem de resíduos de empreendimentos instalados em Brumadinho.

**Seção III**  
**DOS MOVIMENTOS DE TERRA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Art. 24** – Para quaisquer movimentos de terra deverão ser previstos mecanismos de manutenção da estabilidade de taludes, rampas e platôs, de modo a impedir a erosão e suas conseqüências.

**Capítulo VI**  
**DA POLUIÇÃO HÍDRICA**

**Seção I**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 25** – Para os fins previstos nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

**I** – *padrão de qualidade das águas*: limites máximos permissíveis para os valores de parâmetros que caracterizam a qualidade das águas;

**II** – *padrão para lançamento de efluentes*: condições a serem atendidas para o lançamento de efluentes nas águas superficiais ou subterrâneas;

**III** – *manancial*: coleção de água superficial ou subterrânea, utilizada para o abastecimento doméstico, para irrigação ou qualquer outro fim, com ou sem tratamento;

**IV** – *efluentes*: todo e qualquer resíduo sólido, líquido ou gasoso proveniente de atividades comercial, residencial, agrícola ou industrial;

**V** – *poluente*: toda e qualquer forma de matéria ou energia que provoque poluição em quantidade em desacordo com as normas aplicáveis.

**Seção II**  
**DAS OBRIGAÇÕES**

**Art. 26** – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) poderá, a seu critério, determinar às fontes poluidoras, com ônus para elas e a expensas daqueles que por elas sejam responsáveis, a execução de medidas dos níveis e das concentrações de suas emissões e de seus lançamentos de poluentes nos recursos ambientais.

**§ 1º** – As medições de que trata este artigo poderão ser executadas pelas próprias fontes poluidoras ou por empresas do ramo detentoras de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, sempre com acompanhamento de técnico ou agente credenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), caso esta assim julgue necessário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**§ 2º** – Fica proibido o lançamento de qualquer tipo de esgoto em vias urbanas e em propriedades públicas e particulares.

**Art. 27** – O sistema de lançamentos de despejos em cursos d'água, lagoas e outras águas superficiais será provido de dispositivos ou pontos adequados para medição da qualidade dos efluentes.

**Capítulo VII**  
**DA POLUIÇÃO VISUAL EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 28** – Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) julgar e apenar casos de situações existentes e decidir sobre a conveniência de implantação de quaisquer obras, equipamentos ou atividades que possam vir a causar intrusão visual significativa, capaz de agredir a estética urbana e o vernáculo, causar poluição visual ou interferir em monumentos históricos e na qualidade de vida dos cidadãos, respeitada a legislação municipal específica.

**Art. 29** – Todo e qualquer plano de intervenção urbana para disciplinar a colocação de veículos de divulgação de anúncios ao público deverá ser submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA).

**Capítulo VIII**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL DA FLORA E DA FAUNA**

**Seção I**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 30** – Para os fins previstos nesta Lei, aplicam-se as seguintes definições:

**I** – *fauna silvestre nativa*: conjunto de espécies animais, não introduzidas pelo homem, que ocorrem naturalmente no território do Município;

**II** – *fauna silvestre*: conjunto de espécies animais, nativas ou não, da fauna em geral, nacional ou estrangeira;

**III** – *flora silvestre nativa*: conjunto de espécies vegetais, não introduzidas pelo homem, que ocorrem naturalmente no território do Município;

**IV** – *flora silvestre*: conjunto de espécies vegetais, nativas ou não, da flora em geral, nacional ou estrangeira;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**V – logradouro público:** designação genérica de locais de uso comum destinados ao trânsito ou à permanência de pedestres ou veículos, tais como ruas, avenidas, praças, parques, pontes, viadutos e similares;

**VI – áreas de domínio público:** logradouros públicos, áreas verdes e áreas mantidas pelo poder público, tais como reservas biológicas, parques florestais, jardins e nascentes, e outros tombados pelo patrimônio público;

**VII –parque florestal:** unidade de conservação permanente, destinada a resguardar atributos da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;

**VIII –área verde:** toda área onde predomina qualquer forma de vegetação, nativa ou não, de domínio público ou privado;

**IX – poda:** operação que consiste na eliminação de galhos ou raízes dos vegetais;

**X – transplante:** remoção de um vegetal de determinado local e seu implante em outro;

**XI – supressão:** eliminação de um ou mais espécimes vegetais.

**Seção II**

**DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DA FAUNA E DA FLORA**

**Art. 31 –** As políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Município de Brumadinho-MG têm por objetivos:

**I –** assegurar a proteção e a conservação das formações vegetais nativas;

**II –** garantir a integridade da fauna migratória e das espécies vegetais e animais endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, assegurando a manutenção dos ecossistemas a que pertencem;

**III –** disciplinar o uso alternativo do solo e controlar a exploração de produtos e subprodutos da flora;

**IV –** prevenir alterações das características e dos atributos dos ecossistemas nativos;

**V –** promover a recuperação de áreas degradadas;

**VI –** proteger e fiscalizar a flora e a fauna;

**VII –** desenvolver ações com a finalidade de suprir a demanda por produtos da flora susceptíveis de exploração e uso;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**VIII** – estimular programas de educação ambiental e de turismo ecológico;

**IX** – promover a compatibilização das ações das políticas florestal e de proteção à biodiversidade com as ações das demais políticas relacionadas com os recursos naturais.

**Art. 32** – Considera-se órgão competente para as ações previstas nesta Lei a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), ressalvados os casos de necessidade de licenciamento ambiental pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA), respeitando-se as competências dos órgãos superiores e as leis aplicáveis.

**Art. 33** – As áreas produtivas com restrição de uso classificam-se em :

- I** – áreas de preservação permanente;
- II** – áreas verdes e reservas legais;
- III** – unidades de conservação;
- IV** – arborização urbana.

**Seção III**  
**DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

**Art. 34** – Considera-se Área de Preservação Permanente aquela protegida nos termos da Lei Federal n.º 4.771/65 e da Lei Estadual n.º 14.309/02, bem como de suas futuras alterações.

**Art. 35** – Nas áreas consideradas de preservação permanente, será respeitada a ocupação antrópica já consolidada, de acordo com a regulamentação específica e averiguação do órgão competente, desde que não haja alternativa locacional comprovada por laudo técnico e que sejam atendidas as recomendações técnicas do poder público para a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, sendo vedada a expansão da área ocupada.

**Seção IV**  
**DAS ÁREAS VERDES E RESERVAS LEGAIS**

**Art. 36** – Consideram-se Área Verde a área localizada no interior de um loteamento e Reserva Legal aquela anteriormente averbada pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF) para este fim, ressalvada a de proteção permanente, sendo tanto uma quanto a outra representativas do ambiente natural da região e necessárias ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e à proteção da fauna e da flora nativas, com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

equivalência definida na lei de parcelamento do solo, quando se tratar de Área Verde, e de, no mínimo, 20% (vinte por cento), quando se tratar de Reserva Legal, da área total da propriedade.

**§ 1º** – A implantação da Área Verde compatibilizará a conservação dos recursos naturais e o uso econômico da propriedade.

**§ 2º** – Fica condicionada à autorização do órgão competente qualquer intervenção em Área Verde com cobertura vegetal nativa, onde não serão permitidos os cortes rasos, a alteração do uso do solo e a exploração com fins comerciais, ressalvados os casos de ecoturismo.

**§ 3º** – A área destinada à composição de Área Verde nos projetos de loteamento, chacreamento ou sítios de recreio poderá ser agrupada em uma só porção ou distribuída conforme critério técnico, respeitadas as determinações da lei de parcelamento do solo.

**Art. 37** – A Área Verde será demarcada, a critério da autoridade competente, preferencialmente em terreno contínuo e com cobertura vegetal nativa.

**Parágrafo único** – Respeitadas as peculiaridades locais e o uso da propriedade, a Área Verde será demarcada em continuidade a outras áreas protegidas, evitando-se a fragmentação dos remanescentes da vegetação nativa e mantendo-se os corredores necessários ao abrigo e ao deslocamento da fauna silvestre.

**Art. 38** – O proprietário de empreendimento de parcelamento do solo urbano fica obrigado a recompor, em sua propriedade, o percentual definido no projeto de Área Verde, e a autoridade competente poderá optar entre os seguintes procedimentos:

**I** – isolamento total da área correspondente à complementação da Área Verde e adoção das técnicas adequadas à condução de sua regeneração;

**II** – aquisição e incorporação, à propriedade, de gleba contínua, com área correspondente à da Área Verde a ser recomposta, condicionada a vistoria e aprovação do órgão competente;

**III** – compensação da Área Verde por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma bacia hidrográfica, conforme critérios estabelecidos em regulamento;

**IV** – aquisição de gleba não contínua, na mesma bacia hidrográfica, e instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), condicionada a vistoria e aprovação do órgão competente.

**Parágrafo único** – Para o plantio destinado à recomposição de Área Verde, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) disponibilizará, em seu viveiro, com ou sem ônus para os interessados, dentro de suas possibilidades, mudas de espécies nativas da região.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO**  
**CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Art. 39** – É livre a construção de pequenas barragens de retenção de águas pluviais, desde que para controle de erosão, melhoria da infiltração das águas no solo e dessedentação de animais, em áreas marginais ao sistema viário municipal, rurais e urbanas e, mediante autorização do órgão competente, conforme definido em regulamento, em Área Verde.

**Parágrafo único** – A ocupação de Área Verde municipal constitui crime passível de multa.

**Seção V**  
**DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

**Art. 40** – São Unidades de Conservação os espaços territoriais e seus componentes, inclusive os corpos d'água, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com limites definidos e sob regime especial de administração ou de restrição de uso, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção de recursos naturais e paisagísticos, bem como de conservação ambiental.

**§ 1º** – As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos, com características específicas:

- I – unidades de proteção integral;
- II – unidades de uso sustentável.

**§ 2º** – As desapropriações ou outras formas de aquisição para implantação de Unidades de Conservação serão feitas na forma da lei.

**§ 3º** – O poder público fixará, no orçamento anual, o montante de recursos financeiros para atender ao programa de desapropriação ou outras formas de aquisição de áreas destinadas às Unidades de Conservação, e às necessidades de implantação e manutenção dessas Unidades.

**Seção VI**  
**DA ARBORIZAÇÃO URBANA**

**Art. 41** – A arborização, componente de grande importância ambiental e paisagística, proporciona benefícios à população e melhoria das condições ambientais urbanas com o plantio de árvores.

**Parágrafo único** – Fica o Município obrigado a planejar e executar o plano diretor da arborização urbana.

**Art. 42** – O planejamento e a implantação do plano diretor da arborização urbana devem levar em consideração os fatores ambientais, sociais, econômicos e políticos.